

# EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ, GOVERNANÇA ALGORÍTMICA E

## PLATAFORMAS DIGITAIS: do programa *Meta4* ao Power BI

Mário Luiz Neves de Azevedo — UEM e CNPq

Eixo 5

mlnazevedo@uem.br

### 1 Introdução

“A tecnologia, assim como o mercado, não tem limite ou moral” (Piketty, 2014, p. 229)

A epígrafe, com destaque para a asserção de Piketty (2014), tem o sentido de ressaltar que a tecnologia, logo o resultado aplicado da ciência, é objeto de disputa na sociedade. Ademais, a tecnologia, do ponto de vista axiológico (valores), não comporta a neutralidade e pode servir tanto para a inclusão e a humanização como para a desintegração, a exclusão, a fria classificação e a coisificação..

Por si só, a tecnologia não se apresenta imparcialmente para aliviar ou facilitar o trabalho humano e, justamente, por não ser neutra, [a tecnologia] cumpre desígnios das forças históricas dominantes na sociedade, a exemplo, entre outros, do aumento da produtividade do trabalho, da vigilância de espaços, das interações e comunicações síncronas e assíncronas e do controle de processos de trabalho e gestão de pessoas.

Desta forma, em tempos de sociedade métrica e de performatividade, a tecnologia, se desconectada de valores éticos e morais, encontra horizontes ilimitados de aplicação. Mais especificamente para o campo educacional, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), vale notar, têm sido acionadas em salas de aulas, metodologia ativa de aprendizagem (gamificação, sala de aula invertida, ...), ensino remoto, ensino a distância (EaD), controle de frequência etc.

Neste sentido, as tecnologias e as plataformas digitais têm servido, para além da aprendizagem (conforme pode-se notar em tempos de pandemia - COVID 19), à gestão e à governança educacionais. Com esta preocupação e com base na teoria crítica, especialmente a partir de autores como Robertson (2018), Srnicek (2017) e Mau (2019), o presente trabalho tem o objetivo geral de analisar o significado de governança algorítmica que têm sido exercitada no campo da educação no Estado do Paraná.

## **2 Desenvolvimento**

O mundo dos negócios, gradativamente, desde os primeiros experimentos da Nova Gestão Pública (NGP), tem exportado suas ferramentas e métodos de administração para a esfera pública. A ideia de “governança”, inclusive com o suporte de programas algoritmos e de plataformas digitais, mais recentemente, tem se difundido como conceito inovador de gestão pública.

O Estado do Paraná vem adotando programas de gestão, como o *Meta4*, com forte incidência na gestão e controle das universidades públicas estaduais paranaenses, e o Power BI. O Power BI foi desenvolvido pela Microsoft e tem a finalidade de recolher, refinar e analisar dados de maneira interativa com foco principal em inteligência de negócios (Business Intelligence - BI). Na educação básica pública paraense a plataforma Power BI serve a Secretaria da Educação (SEED) no recolhimento e análise de dados produzidos em cada escola pública, produzindo indicadores e classificações de performance e desempenho a partir, entre outros dados, do registro de estudantes, atividades de aprendizagem desenvolvidas, notas de avaliações e presença. Segundo a SEED, em matéria divulgada em seu portal,

baseada em BI (Business Intelligence ou Inteligência Empresarial), para acompanhar a evolução do estudo dos alunos, seu rendimento e frequência nas aulas (...), o sistema permite a visualização de quantos meets (aulas ao vivo) são realizados, quantos alunos estão participando, quantas atividades cada estudante fez e quantas delas ele acertou (SEED, 07 abril 2021).

Revela a Microsoft quais os objetivos da adoção da Power BI, “crie uma cultura controlada por dados com business intelligence para todos” (Microsoft-PowerBI, 24 mar

2023). Isto é compatível com o conceito de capitalismo de plataforma, desenvolvido por Srnicek (2017), que é um tipo específico de capitalismo que surge na era digital, em que empresas criam plataformas digitais para conectar compradores e vendedores, produtores e consumidores, prestadores de serviços e clientes. Srnicek (2017) observa que o capitalismo de plataforma caracteriza-se pelo (1) poder de monopólio, tendendo a criar mercados com algumas plataformas dominantes; pela (2) extração de dados de seus usuários; pelos (3) efeitos de rede, em que o valor da plataforma aumenta à medida que mais usuários e produtores aderem; pela (4) desintermediação, ao eliminar intermediários nos mercados; e pela (5) governança algorítmica, ao promoverem a tomada de decisões com base nos algoritmos das plataformas.

No Estado do Paraná, a LGU foi precedida pela implantação do programa *Meta4*, comprovando que a adoção de instrumentos de medida de performance precede e é condição necessária para a efetivação da governança [algorítmica] (Rosenau, & Czempiel, 1992), isto porque, indispensavelmente, a governança algorítmica é baseada em programas numéricos, TDICs, indicadores, classificações (rankings) e manuais de “boas práticas”, emulando o que vem a se chamar de gestão por *benchmarking* (Azevedo, 2016).

Para demonstrar as intenções “inovadoras” do governo do Estado do Paraná, a Mensagem Nº 224/2021, enviada pelo Governador Ratinho Júnior, à Assembleia Legislativa, em 02/12/2021, demonstra o intuito de ganho de eficiência, a comparabilidade por indicadores, a modelagem de “boas práticas” e os rankings (Paraná, 2021), “buscou-se, com fundamento em boas práticas de gestão, o objetivo de criar um instrumento normativo capaz de atender aos preceitos de ganho de eficiência (...). Esta proposição tem por objetivo o posicionamento das Universidades do Estado do Paraná nos melhores rankings (...).

Note-se que a LGU, entre outras disposições, aprova o caminho da terceirização para ganhos de eficiência. Reza o art. 10 da LGU (Paraná, 2021): “(...) a previsão de recursos (...) observará o número de alunos equivalentes e número de trabalhadores terceirizados equivalentes por Universidade”.

A LGU legaliza o uso de plataformas digitais e ferramentas algorítmicas de gestão de pessoal, a exemplo do sistema de gestão de pessoal *Meta4*. Curiosamente, o nome *Meta4* é uma homofonia, em língua inglesa, da palavra metáfora (*metaphor*). A expressão *Meta4* é uma metáfora do próprio nome, com a implícita intenção de promover a terceirização de recursos humanos e a efetivação da governança algorítmica. O programa *Meta4*, assim como o Power BI, parafraseando Robertson (2012), é como um “drone” que, à distância, vigia, coleta dados, controla e ataca (por exemplo, terceirizando recursos humanos), sem necessidade de presença física no campo de lutas. Isto acaba por ser efetivado remotamente - da sede do governo (Curitiba). O programa *Meta4* permite ao núcleo duro do Estado exercitar a governança algorítmica sobre o conjunto de servidores públicos, como um centro de gerenciamento remoto dos recursos humanos: “sua organização e quem é quem, tudo a seu alcance - na ponta de seus dedos” (Cegid-*Meta4*, 20 mar 2023)

### **3 Considerações Finais**

O avanço de plataformas digitais na gestão pública, ao permitir a prospecção, extração e refinamento de informações e dados digitais (Robertson, 2018), propicia a governança algorítmica. Os programas numéricos adotados pelo Estado do Paraná, *Meta4* e Power BI, asseguram o controle digital sobre recursos humanos e atividades de aprendizagem e educacionais.

## Referências

AEN (Agência Estadual de Notícias). Estado inicia análise da integração da folha de pagamento das universidades estaduais ao Sistema Meta4. 27 ago 2021. Disponível em [www.aen.pr.gov.br](http://www.aen.pr.gov.br) Acesso em 20 mar 2023.

AZEVEDO, M.L.N. Educação e benchmarking: meta-regulação e coordenação de políticas baseadas em indicadores e nas chamadas “boas-práticas”. In: **XXIV SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS**, 14., 2016, Maringá. Anais... Maringá: UEM, 2016. p. 1407-1442.

CEGID-META4. Meta 4 is now CEGID. Disponível em <<https://www.cegid.com/en/meta4-es-joins-cegid/>>. Acesso em 20 mar 2023

MAU, Steffen. **The Metric Society: on the quantification of the Social. Polity**: Cambridge-UK, 2019.

PARANÁ. Lei Geral das Universidades (LGU N° 20933). Disponível em <https://www.aen.pr.gov.br/>. Acesso em 20 mar 2023

ROBERTSON, S. L. Platform Capitalism and the new value economy in the academy. **CPGJ Working Paper Series**, Cambridge, 2018.

ROBERTSON, Susan L. “Situando” os professores nas agendas globais de governança. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 2, p. 09-24, maio./ago. 2012.

ROSENAU, J., & CZEMPIEL, E. (Eds.). **Governance without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge University Press, 1992, doi:10.1017/CBO9780511521775

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.